

A CONSTRUÇÃO DE GOIÂNIA NA RELAÇÃO COM A CONCRETIZAÇÃO POLÍTICA DE PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA

Ivo Monteiro de Queiroz

Faculdade Alfredo Nasser – Instituto Superior de Educação ISE

ivo.mmqueiroz@gmail.com

RESUMO: O presente texto apresenta reflexões preliminares de um projeto de pesquisa a ser executado no semestre letivo de 2017/01, visando a conclusão do curso de graduação em História no Instituto Superior de Educação (ISE) da Faculdade Alfredo Nasser. A pesquisa a ser realizada tem como objetivo central compreender os elementos ideológicos utilizados na construção de Goiânia na relação com a concretização política do então interventor em Goiás, Pedro Ludovico Teixeira. Uma vez que com os resultados da revolução de 1930 o presidente da República Getúlio Vargas colocou interventores nos estados visando destituir as chamadas oligarquias locais para fortalecer o poder central, tendo maior controle e centralização política.

PALAVRAS-CHAVE: Goiás. Concretização Política. Construção de Goiânia. Ideologia.

1 INTRODUÇÃO

As medidas iniciais adotadas por Vargas para destituir as chamadas oligarquias e fortalecer o poder central tiveram consequências. Uma delas foi os desdobramentos da revolta constitucionalista em São Paulo no ano de 1932, uma das exigências era a elaboração de uma Constituição e junto com ela a eleição direta para os cargos ao executivo nacional e estadual. Isso instaurou uma disputa interna pela efetivação no poder local, visto que as eleições estavam previstas para 1934. Assim, compreender como Pedro Ludovico se utilizou da construção de Goiânia para se efetivar no poder torna-se aspecto bastante pertinente.

Na década de 20, o Estado de Goiás possuía características fortemente agrárias, seus núcleos urbanos eram acanhados. Com isso, conforme destaca Chaul (2015) não se consolidou a denominada classe média no estado como o ocorrido

nas regiões do sudeste do país, aspecto que segundo ainda o autor eram necessários às mudanças. As movimentações no âmbito político, econômico e social em nível nacional, pediam mudanças também no aspecto local.

Nesse novo momento político do Estado, seu representante, Pedro Ludovico Teixeira, era médico, ou seja, síntese de fazendeiro e profissional liberal. No cenário nacional as questões sanitárias estavam muito em voga desde 1920. Isso fazia com que a figura do médico fosse bastante evidente, colocando-a em consonância com o discurso de modernidade e progresso.

Ao assumir o controle do executivo estadual, como interventor de Vargas, o médico, Pedro Ludovico Teixeira, não tinha nenhum projeto político e ideológico de governo estabelecido capaz de dar sustentação à sua posição política. Segundo Chaul (2015), “ao valer-se do saber médico como forma de controle político do estado, Pedro Ludovico incorporou a problemática da higiene pública” (p.218). Deste modo, antes de completar seu primeiro ano no governo, sancionou em 1931, o *Regulamento da Saúde Pública*.

Responsabilizando-se em restaurar uma sociedade a muito debilitada e avariada pela decadência, fruto da ação dos grupos anteriores, Pedro Ludovico criou a Delegacia de Higiene e dividiu o Estado em setores sanitários objetivando maior controle. De posse do discurso sociomédico, colocou-se como o único capaz de conduzir Goiás rumo ao progresso tão em voga no governo federal.

2 METODOLOGIA

Visando elucidar as questões ora apresentadas, pretende-se trabalhar com análise de discurso enquanto um recurso metodológico bastante eficaz para o modelo de investigação objetivado, uma vez que possibilita refletir acerca dos elementos contraditórios no conjunto de argumentações utilizadas pelo interventor em Goiás Pedro Ludovico Teixeira.

A revisão bibliográfica será outro instrumento na busca pela averiguação das hipóteses levantadas. Ela constitui um recurso bastante peculiar das ciências sociais e humanas e no campo da história mais especificamente, possibilita retomar a discussão realizada pelos autores sobre o assunto proposto. Esta contribui ainda para melhor análise e confronto das informações contidas em documentos oficiais, jornais e revistas veiculadas a época.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Utilizando do discurso sanitarista, Pedro Ludovico expandiu os tentáculos do Estado no sentido do controle da população em todos os aspectos, inclusive do trabalho e do lazer. Com as delegacias de saúde divididas estrategicamente e no comando destas um profissional da saúde, Ludovico viabilizava ferramentas para centralizar forte controle na mão do estado. Portanto, as manobras políticas “era também uma forma de Pedro Ludovico controlar qualquer argumento que pudesse ser usado contra um município ou uma cidade” (Chaul, 2015, p. 222), conseqüentemente às suas ações, era o saber médico como legitimação.

Acompanhando a linha traçada nacionalmente, tendo na saúde o carro chefe e o médico como condutor desse processo, Goiás estava então integrado ao cenário nacional. No entanto, por mais que o projeto sanitarista da política goiana fosse consonante com a política varguista, os recursos não se efetivaram. Na condição de interventor, Pedro Ludovico tinha seu posto constantemente ameaçado, visto que não tinha ainda conseguido se consolidar no poder dadas as disputas internas pelo executivo estadual.

Nesse período a capital goiana encontrava-se na antiga Goiás, onde também estavam concentrados os grupos políticos representantes do período anterior e detentores de grande força política conquistada ao longo dos primeiros anos da jovem República. Pedro Ludovico estava fortemente pressionado, assim era extremamente interessante, sobretudo politicamente, afastar o centro de controle desses grupos para legitimar sua posição política em Goiás. A construção de uma nova capital, resgatada da historiografia goiana, serviu como instrumento para a efetivação política do interventor em Goiás.

Dado a pressão vivenciada, Pedro Ludovico resgatou uma perspectiva contida na historiografia goiana, ou seja, a ideia de mudança da capital¹. Utilizando o saber médico, definiu Goiás como doente terminal (CHAUL, 1988). Para isso buscou argumentos diversos tais como o do Presidente do Estado em 1890, Rodolfo Gustavo da Paixão, grande adepto da mudança da capital dizia ele que Goiás: “possuía um único chafariz e poucas fontes, carece das condições de abundância e

¹ Todavia, a ideia de se mudar a capital não foi exclusividade do interventor. Desde os séculos XVII e XVIII havia um anseio para a mudança da principal cidade goiana, antiga Vila Boa, para outra região melhor localizada. Portanto, buscou-se na historiografia goiana os elementos que dariam sustentação ao seu projeto político.

potabilidade; desprovida de bons sistemas de esgotos, capaz de evitar o uso prejudicialíssimo das latrinas perfuradas no terreno, onde as matérias fecais entram em rápida decomposição”.

Utilizando constantemente do saber médico Pedro Ludovico foi anexando ao seu discurso o argumento de que recuperar a Velha Goiás seria demasiadamente dispendioso e o Estado não poderia beneficiar apenas uma minoria. Minoria esta que ele ideologicamente almejava enfraquecer, visto que era um dos grandes opositores ao seu governo. Os representantes do grupo caiadista, politicamente, precisavam ser enfraquecidos.

Com imensa habilidade política, o interventor trouxe a tona a antiga ideia de mudança da capital, desta vez, vendo nela a possibilidade de concretização, pois, além de ser uma cidade limpa e livre das moléstias da velha capital, atenderia os anseios do governo federal a medida que simbolizaria a concepção de modernidade e progresso muito em voga na gestão de Vargas. Para Le Goff, a modernidade filha do século XX “se impõe no campo da criação estética, da mentalidade e dos costumes” (1996, p.179). Tudo indica que Pedro Ludovico foi trabalhando e fomentando na população não apenas o desejo de mudança, mas a necessidade de uma capital nova e moderna para o desenvolvimento de Goiás. O congresso de Bonfim pode ter sido o seu maior expoente.

Pedro Ludovico sabia que era necessário ter o apoio popular, as eleições se aproximavam, principalmente após os resultados da revolução constitucionalista de 1932 em São Paulo. Desse modo, o interventor em Goiás inflamou a população interiorana com a possibilidade de receber a futura capital. Com esta manobra foi arregimentando adeptos aos ideais mudancistas. Bonfim, Bela Vista e Campinas se inflam com a possibilidade de ter em seus limites a sede da capital do estado. Todavia, os planos eram a construção de uma cidade nova e moderna que atenderia mais aos objetivos propostos. Não se descartou ainda nenhuma das cidades postulantes a futura capital. A ideia de modernidade foi fortemente repisada a partir da concepção mudancista.

4 CONCLUSÕES

Assim, a materialização da construção de Goiânia iria de encontro com o ideário de modernidade que a Marcha para o Oeste pulverizava e atenderia também os interesses de grupos vinculados às regiões mais ricas do Estado, sul, sudeste e

sudoeste. Sendo Pedro Ludovico representante destas, defendia deslocar o poder político para próximo das regiões economicamente mais prosperas do estado e onde estava sua base política. Conseqüentemente enfraqueceria os grupos opositores, que cada vez mais eram associados à imagem de atraso que se construiu em Goiás na Primeira República. Visando atender os objetivos traçados, “em nome de uma nova Capital para o Estado, se dinamizava uma Capital para o Sul e Sudoeste, ou seja, para o *centro econômico* do Estado” (grifo meu) (CHAUL, 1988, p.78).

Jogando habilidosamente colocou em prática no campo político ideológico e administrativo a mudança da capital. Apostava-se na modernidade, no progresso e em uma cidade sem as moléstias, representante maior da modernização que chegava para Goiás e, portanto, merecedora do título de capital do Estado. Aproveitando sempre que possível direcionava seus ataques aos problemas e deficiências da cidade de Goiás. Sempre utilizando do discurso sociomédico, foi construindo uma representação de doente terminal para a antiga capital, nessas circunstancias os argumentos utilizados iam ganhando força e junto com ele a imagem de Pedro Ludovico.

Portanto, elucidar essas questões por meio de um trabalho de pesquisa, torna-se o grande objetivo e, simultaneamente, demonstra a pertinência, relevância social e acadêmica da proposta que hora se apresenta.

REFERÊNCIAS

CHAUL, N. F. **A construção de Goiânia e a Transferência da Capital**. Goiânia: Cegraf UFG, 1988.

_____. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade**. 4ª. ed. Goiânia: Editora UFG, 2015.

LE GOFF, Jaques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

PALACIN, Luís; MORAES, Maria Augusta de Sant’Anna. **História de Goiás**. Goiânia: Editora da UCG, Editora Vieira, 2008.